

## DAS MUITAS HISTÓRIAS A SEREM (RE) CONSTRUÍDAS: HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL E HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA

### RESUMO

No presente trabalho, refletimos sobre as formas de aproximação da história social da cultura escrita a uma história social linguística do Brasil, apresentando uma síntese historiográfica pautada, sobretudo, nas proposições de Houaiss ([1985] 1992) e Mattos e Silva (1998), que estão na base do *Subprograma História Social da Cultura Escrita* (HISCULTE). Buscamos traçar um breve panorama da emergência de pesquisas que, no âmbito do referido Subprograma, passaram a se preocupar com o modo como, em diferentes espaços e temporalidades, uma determinada realidade social é construída, pensada, “dada a ler”, nos termos de Chartier (2002). Considerando que uma história social linguística do Brasil não se resume a uma história do português do Brasil, tampouco a uma história do português brasileiro, será na historiografia do português brasileira que emergirá uma preocupação com as “outras línguas” faladas no Brasil, as línguas brasileiras, sejam indígenas ou de imigração, haja vista que as africanas foram deixadas de falar como línguas plenas. Nesse contexto, a preocupação com a difusão social da escrita, inscrita na história social linguística do Brasil, relaciona-se também com uma melhor compreensão sobre a definição das normas cultas e vernaculares e o papel da escola na formação da realidade sociolinguística de nosso país.

**Palavras-chave:** História social linguística. Cultura escrita. HISCULTE.

## MANY STORIES TO BE (RE) CONSTRUCTED: SOCIAL LINGUISTIC HISTORY OF BRAZIL AND SOCIAL HISTORY OF WRITTEN CULTURE

### ABSTRACT

In the present work, we reflect on the ways of approaching the social history of written culture to a social linguistics history of Brazil, presenting a historiographical synthesis based mainly on the propositions of Houaiss ([1985] 1992) and Mattos e Silva (1998), which are at the base of the Social History Subprogram of Written Culture (HISCULTE). We seek to give a brief overview of the emergence of researches that, within this Subprogram, began to worry about how, in different spaces and temporalities, a given social reality is constructed, thought, “given to read”, in Chartier’s (2002) terms. Considering that a social linguistics history of Brazil is not limited to a history of Portuguese from Brazil, nor to a history of Brazilian Portuguese, it will be in the historiography of Brazilian Portuguese that a concern will arise with the “other languages” spoken in Brazil, the Brazilian languages, whether indigenous or immigration, given that the Africans were no longer spoken as full languages. In this context, the concern with the social diffusion of writing, inscribed in the social linguistics history of Brazil, is also related to a better understanding of the definition of educated and vernacular norms and the role of the school in the formation of the sociolinguistic reality of our country.

**Key words:** Linguistics social history. Written culture. HISCULTE.

## DE LAS MUCHAS HISTORIAS A SER (RE) CONSTRUÍDAS: HISTORIA SOCIAL LINGÜÍSTICA DE BRASIL E HISTORIA SOCIAL DE LA CULTURA ESCRITA

### RESUMEN

En el presente trabajo, reflexionamos sobre las formas de aproximación de la historia social de la cultura escrita a una historia social lingüística de Brasil, presentando una síntesis historiográfica pautada, sobre todo, en las proposiciones de Houaiss (1998) y Mattos e Silva (1998), que están en la base del Subprograma Historia Social de la Cultura Escrita (HISCULTE). En el marco del referido Subprograma, buscamos trazar un breve panorama de la emergencia de investigaciones que, en el ámbito del referido Subprograma, pasaron a preocuparse por el modo en que, en diferentes espacios y temporalidades, una determinada realidad social es construida, pensada, “dada a leer”, en términos de lectura, Chartier (2002). Mientras que una historia social lingüística de Brasil no es sólo una historia de los portugueses en Brasil, ni una historia de portugués brasileño, estará en la historiografía de portugués brasileño que emergen de una preocupación por los “otros idiomas” que se mencionan en Brasil, idiomas brasileños, sean indígenas o de inmigración, teniendo en cuenta que las africanas se dejaron de hablar como lenguas plenas. En este contexto, la preocupación por la difusión social de la escritura, inscrita en la historia social lingüística de Brasil, se relaciona también con una mejor comprensión sobre la definición de las normas cultas y vernaculares y el papel de la escuela en la formación de la realidad sociolingüística de nuestro país.

**Palabras clave:** Historia social lingüística. Cultura escrita. HISCULTE.

## DES NOMBREUSES HISTOIRES À ÊTRE (RE) CONSTRUITES: L’HISTOIRE SOCIALE LINGUISTIQUE DU BRÉSIL ET L’HISTOIRE SOCIALE DE LA CULTURE ÉCRITE

### RÉSUMÉ

Dans cette étude, nous avons réfléchi sur les moyens d’approche de l’histoire sociale de la culture écrite à une histoire sociale linguistique du Brésil, avec une synthèse historiographique guidée, en particulier, dans la proposition de Houaiss ([1985] 1992) et Mattos e Silva (1998), qui sont à la base du sous-programme Histoire Sociale de la Culture Écrite (HISCULTE). Nous cherchons à tirer un bref aperçu de l’émergence de la recherche qui, en vertu de ce sous-programme, sont devenus préoccupés par la façon dans différents espaces et temporalités, une certaine réalité sociale est construite, pensée, « donné à lire » en termes de Chartier (2002). Alors qu’une histoire sociale linguistique du Brésil est non seulement une histoire de la langue portugaise au Brésil, ni l’histoire du portugais brésilien, elle sera dans l’historiographie du portugais du Brésil qui émergira d’un souci avec les « autres langues » parlées au Brésil, les langues brésiliennes, soient d’indigènes ou d’immigrés, considérant que les langues africaines n’étaient plus parlées comme des langues complètes. Dans ce contexte, le souci avec la diffusion sociale de l’écriture, inscrite dans l’histoire sociale linguistique du Brésil, se rapporte également à une meilleure compréhension de la définition des normes cultivées et en langue vernaculaire et le rôle de l’école dans la formation de la réalité sociolinguistique de notre pays.

**Mots clés:** Histoire sociale linguistique. Culture écrite. HISCULTE.

## PARA INICIAR

A escrita da história social linguística do Brasil, tema que tem despertado o interesse de alguns pesquisadores nos últimos anos, ainda centra sua atenção na reconstrução do processo sócio-histórico da origem e formação do português brasileiro (PB), deixando de lado uma reflexão mais pormenorizada sobre as línguas autóctones, aqui existentes quando da chegada dos portugueses e, portanto, início da conquista e colonização, as línguas africanas de diversos grupos etnolinguísticos para cá trazidas e, mais para meados do século XIX, as chamadas línguas da imigração.

Nessa direção, podemos considerar que as discussões teórico-metodológicas em torno das políticas linguísticas na contemporaneidade, marcadas ainda por um reduzido espaço no âmbito acadêmico, devem em parte à ideologia de uma língua única no país, responsável por fortalecer a hegemonia da língua portuguesa e camuflar a existência do multilinguismo. Em virtude disso, Oliveira (2007) defende que até mesmo a Sociolinguística praticada no Brasil é uma sociolinguística do monolinguismo, haja vista que muitas pesquisas têm se dedicado às variáveis e variantes do PB, não colocando em discussão as variáveis e variantes das diversas outras línguas faladas no território nacional, como podemos atestar no levantamento dos diversos fenômenos linguísticos investigados sob o escopo da Sociolinguística variacionista.

Evidentemente, isso não significa que não se tenha começado a perceber a emergência de ruptura com essa tradição, na medida em que “o panorama das reivindicações dos movimentos sociais, a diversificação de suas pautas, o crescimento das questões étnicas, regionais, de fronteira, culturais, tornaram muito mais visível que o Brasil é um país constituído por mais de 200 comunidades lingüísticas diferentes” (OLIVEIRA, 2007, p. 8)<sup>1</sup>, participando, cada uma a seu modo e com os instrumentos que lhes são possíveis, da vida social e política do país. No que diz respeito às populações indígenas, os dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam para 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencen-

centes a 305 etnias diferentes<sup>2</sup>. Os dados ainda revelaram um total de 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais que falavam no domicílio uma língua indígena, além de um percentual de 17,5% que não falava o português. Considerando aqueles que vivem nas terras indígenas, o percentual dos que falam a língua indígena no domicílio aumenta para 57,3%, da mesma forma que aumenta para 28,8% os que não falavam o português, evidenciando assim a importância das terras indígenas na reafirmação de características socioculturais e estilos de vida dos indígenas.

Rodrigues (2013) considera que o quadro compõe-se de 199 das línguas indígenas<sup>3</sup>. Em relação à documentação linguística e à classificação das línguas, consideramos oportuno destacar que as estimativas sobre as línguas indígenas na atualidade podem ser revistas, devido a fatores como o contato com novos grupos que vivem em isolamento, grupos que podem ser considerados extintos ou que não falariam mais a língua, no entanto a mantêm e a escondem em função dos preconceitos que ainda persistem, previsões de desaparecimento que podem não se confirmar, entre outros.

Como resultado de uma nova forma de lidar com o multilinguismo brasileiro, emerge o conceito de *línguas brasileiras* para se referir às diversas línguas faladas por comunidades de cidadãos brasileiros, historicamente assentados no território brasileiro, sejam línguas indígenas ou línguas de imigração, línguas de sinais ou faladas por grupos quilombolas (OLIVEIRA, 2007). Além disso, também emergem novos olhares sobre o português, em função dos novos papéis que o Brasil passou a desempenhar nos contextos regional e mundial, trazendo à discussão seu estatuto de língua oficial do Estado e sua gestão.

Não se pode deixar de destacar que o olhar para as outras línguas faladas no Brasil para além do português e o interesse por torná-las objetos de investigação se inscrevem, de início, no âmbito da busca por uma reconstrução sócio-histórica do PB, na medida em que se passa a considerar que muitas histórias precisam ser reconstruídas, com vistas a garantir a ampla escrita de uma história do diversificado português brasileiro,

inexoravelmente nascido do encontro da “linguagem adulterada de negros e índios” e da *koiné* portuguesa, além de outras línguas aqui chegadas que, necessariamente, por razões sócio-históricas e lingüísticas, entrecruzaram-se e se entrecruzam com o ideal redutor e generalizado formulado por Serafim da Silva Neto (MATTOS E SILVA, 2004a, p. 12).

Embora não tenhamos como objetivo escrever uma história do português no Brasil, tampouco do português brasileiro, é no contexto dessas discussões que emergem as questões que investigamos, sobretudo pela premente necessidade de rupturas dos silenciamentos e/ou esquecimentos que foram promovidos pela historiografia lingüística do Brasil, quais sejam: a história das *línguas ameríndias* aqui existentes quando da chegada dos portugueses, resultado da conquista e colonização, das *línguas africanas* dos diversos grupos etnolingüísticos para cá trazidas e, mais para meados do século XIX, das *línguas da imigração*.

Não deixando de reconhecer a importância da historiografia do PB, sobretudo quando a questão da língua no Brasil passa a ser objeto de discussão dos linguistas, com a obra pioneira de Serafim da Silva Neto ([1950] 1977), *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, na qual desenvolve a tese da unidade e do conservadorismo do português no Brasil, há de se ponderar que a história social lingüística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, muito menos à história do português brasileiro. O contexto multilíngue da América portuguesa, existente no decorrer dos séculos de conquista e colonização, atesta, por sua vez, a importância do contato lingüístico para a configuração do quadro lingüístico do Brasil atual.

Com essas questões em mente, buscaremos refletir sobre a emergência de uma história social lingüística do Brasil no âmbito da historiografia da língua portuguesa no Brasil ou, de forma mais pontual, uma historiografia do português brasileiro, focalizando os programas de investigação propostos por Houaiss ([1985] 1992) e Mattos e Silva (1998), na direção de também abriremos

caminhos para uma reflexão sobre uma história social da cultura escrita no Brasil.

## A QUESTÃO HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA SOCIAL LINGÜÍSTICA DO BRASIL

O debate em relação ao português, na condição de língua transplantada, instaura-se a partir das discussões sobre a questão da língua no Brasil e da constituição da *nacionalidade*, no eferescente século XIX, embora por iniciativa de escritores, políticos, intelectuais diversos, e não por questões, estritamente, de cunho lingüístico. Definir a forma como os homens do século XIX concebiam a *nação*, para muitos teóricos, constitui uma tarefa árdua, que se manifesta nos múltiplos e diversos usos do termo *nacionalismo*. No caso do Brasil, que se tornara politicamente independente em 1822 e apenas em 1824 ganhara sua primeira Constituição, vemos a emergência de uma nação tentando escrever sua história nas bases de um “novo império” que tentava buscar a consolidação de “um diálogo entre o estado monárquico, a natureza e o povo” (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 32).

O sentimento nacionalista, fruto do processo de Independência político-administrativa e do Romantismo, acabou por constituir-se como o fio condutor das preocupação dos intelectuais em relação à questão da língua no Brasil. No campo da literatura, o movimento romântico colocou em pauta a questão da constituição da nacionalidade atrelada à questão da “língua brasileira”, uma vez que foi “o primeiro momento de ruptura com a tradição literária portuguesa, não apenas ao nível da eleição de uma temática nacional, mas também ao nível da intenção de que essa temática se expressasse através de uma língua literária diferenciada, a que também se pudesse chamar de nacional” (LOBO, 1994, p. 9). Embora fundamentados no sentimento de lusofobia característico da época e nas concepções evolucionistas da Linguística vigente, os românticos da primeira geração aspiraram a uma língua própria – a chamada língua brasileira –, lançando assim as bases para uma polêmica que será retomada de forma mais radical pela primeira geração do Modernismo, a partir de 1922, abrindo espaço para uma discussão menos ingênua e mais crítica.

A discussão sobre a questão da língua no Brasil começou com escritores e políticos e entre, aproximadamente, 1850 e 1950, ocupou um papel central no cenário cultural e político brasileiro. A posição dos escritores, marcada por um movimento pendular, demonstra tal importância: entre os românticos, observa-se uma atitude de ruptura, ao projetarem o nascimento da chamada “língua brasileira”; o período que separa o movimento romântico do Modernismo, por sua vez, caracteriza-se por uma posição de conservadorismo e até purismo em termos linguísticos; a primeira geração modernista opôs-se, violentamente, a essa postura, buscando na realidade linguística brasileira as formas que constituirão a sua expressão; já a geração de 1945 volta ao conservadorismo e abandona a defesa da existência de uma língua brasileira.

Somente em meados do século XX, com a publicação de *Introdução à língua portuguesa no Brasil*<sup>4</sup>, de Serafim da Silva Neto, em 1950<sup>5</sup>, a “questão da língua brasileira” começa então a trilhar novos rumos, sendo o problema redimensionado para uma discussão mais, especificamente, linguística, marcada pela defesa de que o português no Brasil era caracterizado pela *unidade* e pelo *conservadorismo*. Em relação ao estudo de Silva Neto ([1950] 1977), três aspectos precisam ser considerados, com vistas a não cairmos numa simples avaliação negativa da tese defendida, embora hoje já não possamos sustentar a posição do filólogo, a saber: o primeiro, e mais geral, refere-se ao estágio de desenvolvimento da Linguística no Brasil em meados do século XX, num panorama caracterizado, de modo amplo, pelos estudos filológicos, na direção de uma tradicional filologia portuguesa da escola de Leite de Vasconcellos, à qual Serafim da Silva Neto se filiava; o segundo aspecto diz respeito aos elementos mobilizados pelo autor para a construção da sua análise que, nas palavras do próprio Silva Neto ([1950] 1977, p. 14), estão no âmbito “da história externa da língua portuguesa no Brasil”; e, por fim, inscrevendo-se no plano da subjetividade, a própria *visão de mundo* de Serafim da Silva Neto, que se sustentava numa convicção da superioridade étnico-cultural dos colonizadores brancos portugueses em relação aos indígenas e aos africanos escravizados (LOBO, 1994). O autor traça uma histó-

ria da língua portuguesa no Brasil fundamentado na sua alegada vitória sobre as “línguas exóticas” e, nesse viés, a “sua progressiva implantação no uso de grandes massas de *aloglotas*” (SILVA NETO, [1950] 1977, p. 15), o que nos permite evidenciar o etnocentrismo do filólogo.

Embora não concordando com a posição assumida por Serafim da Silva Neto, não podemos deixar de reconhecer o seu esforço em discutir a história externa do português no Brasil a partir das fontes sócio-históricas disponíveis e analisadas em sua obra para fundamentar a argumentação mobilizada. São fontes de natureza vária, sobretudo relatos dos cronistas, viajantes e missionários, cartas de membros da Companhia de Jesus, entre outras, de que o autor lança mão para explicar sua posição em relação à diferenciação e unificação do português no Brasil, à periodização da história dessa língua em nosso país, à interação linguística no Brasil colonial, ao uso falado da língua portuguesa e suas repercussões na língua literária e, até mesmo, ao método nas pesquisas sobre a variedade linguística brasileira, sem perder de vista o que chamou de “vitória” da língua portuguesa que, como defende, “não se deveu a imposição violenta da classe dominante. Ela explica-se pelo seu prestígio superior, que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia a melhor forma de civilização” (SILVA NETO, [1950] 1977, p. 61). Evidenciamos neste ponto a posição eurocêntrica, “lusitanófila” do filólogo, reflexo de sua visão de mundo.

As diversas referências ao português falado por índios e africanos deixam evidente o caráter etnocêntrico de Serafim da Silva Neto. Para o filólogo, os índios e os negros, nos primeiros anos da conquista e da colonização falavam um “português deturpado, simplificado ao máximo em suas formas, [...] em virtude da condição social ínfima e de mínima cultura” (SILVA NETO [1950] 1977, p. 91), uma “fala xacoca” (p. 95), “[...] o português estropiado de negros e índios (*aloglotas*)” (p. 117), que não teria sido o ideal dos mamelucos e mulatos<sup>6</sup>. Ademais, foi por “causa da falta de prestígio que a linguagem adulterada dos negros e índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por



este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela” (SILVA NETO [1950] 1977, p. 118). Evidentemente, trata-se de uma posição eivada de equívocos e preconceitos, mas que se justificava no âmbito da própria visão de mundo do autor, marcada pela convicção de hierarquias de cultura, sendo a língua portuguesa, língua literária e *de cultura*, superior, embora não seja dito explicitamente, às “línguas exóticas” com as quais entrou em contato.

Na historiografia linguística do Brasil, a importância do filólogo Serafim da Silva Neto relaciona-se diretamente com o redimensionamento da “questão da língua brasileira” para uma dimensão estritamente linguística, bem como o uso sistemático de fontes sócio-históricas do passado para uma aproximação ao percurso histórico da “língua portuguesa no Brasil”. A discussão sobre a tese da unidade e do conservadorismo será retomada por Celso Cunha (1986), no artigo *Conservação e inovação no português do Brasil*, que assumirá uma posição divergente em relação caráter conservador do português no Brasil. Ainda nesse contexto, surge então o ensaio, hoje já clássico, *O português no Brasil*, de Antônio Houaiss ([1985] 1992), que aponta alguns caminhos para uma melhor compreensão do português brasileiro no decurso de sua história, definindo, inclusive, um programa de pesquisa. Embora esses dois autores – Celso Cunha (1917-1989) e Antônio Houaiss (1915-1999) – fossem contemporâneos de Serafim da Silva Neto (1917-1960) e, possivelmente, tenham também participado das mesmas discussões sobre a história do português no/do Brasil, já que são da mesma geração, acabaram não formando uma tradição e produziram, portanto, trabalhos pontuais sobre o tema. Evidentemente, isso não nega a importância do ensaio de Houaiss ([1985] 1992), por exemplo, e seus reflexos no programa de pesquisa para a história do português brasileiro proposto por Rosa Virgínia Mattos e Silva, nos estertores da década de 1990, como destacado pela própria autora.

Quando escreve o seu ensaio em 1985, Antônio Houaiss, embora reconheça a existência de uma bibliografia sobre o português no Brasil, tanto falado quanto escrito, destaca que ainda não se tinham cumpridos os

requisitos para a pesquisa e o conhecimento que permitissem a elaboração de uma história da língua portuguesa em nosso país, tanto no âmbito de uma história externa, como se propôs Serafim da Silva Neto, quanto de uma história interna. Passadas mais de duas décadas depois que o filólogo e lexicógrafo fez essa afirmação, podemos destacar os trabalhos realizados no âmbito do *Projeto Gramática do Português Falado* (1988-2011), coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho, do *Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB)*, iniciado em 1996, sob coordenação de Suzana Alice Marcelino Cardoso e Jacyra Andre Mota, do *Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR)*, que iniciou seu trabalho em 1992, coordenado por Rosa Virgínia Mattos e Silva e, atualmente, está sob coordenação de Tânia Conceição Freire Lobo, do *Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)*, também sob coordenação de Ataliba Teixeira de Castilho e em curso desde 1997, do *Projeto Vestígios de Dialectos Crioulos em Comunidades Rurais Afro-Brasileiras Isoladas (Projeto Vestígios)*, nos anos de 1993-1995, semente do atual *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia (Projeto Vertentes)*, sob coordenação de Dante Lucchesi, em curso desde 2002, do *Projeto Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, coordenado por Charlotte Galves, desde 1998, além de outros<sup>7</sup>, que contribuíram e ainda contribuem para a superação desse quadro esboçado por Antônio Houaiss. Não podemos deixar que ressaltar os impactos da Sociolinguística Paramétrica, antes aludida, que desencadeou, de forma sistemática, diversas investigações no campo da sintaxe diacrônica, rompendo como uma longa tradição que sempre manifestou pouco interesse pelo estudo da mudança sintática na história da língua portuguesa, sempre centrada na mudança fonético-fonológica e na morfológica. Em certa medida, as pesquisas realizadas nessas últimas décadas se enquadram nas quatro vias propostas pelo Houaiss ([1985] 1992) como forma de enfrentar a problemática de se explicar o português do Brasil, assim definidas:

- 1) a do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e os negros) dos inícios da colonização, levantamento já em

curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; 2) o *mapeamento confiável da dialetologia brasileira* a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi [...] – mapeamento do qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível “recapitular” o processo passado que terá gestado o presente descrito por essa dialetologia; 3) o *incremento da dialetologia vertical* em tantos quantos possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; e 4) a *penetração da língua escrita no Brasil*, das origens aos nossos dias, não numa leitura “estética”, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que, depois, será um componente relevante das “histórias” parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos (HOUAISS, [1985] 1992, p. 137-138, grifo nosso).

Considerando esse programa de investigação delineado por Antônio Houaiss e os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos grupos de pesquisa e dos programas coletivos mencionados, podemos afirmar que muito já se avançou em relação às vias 2 e 3, com destaque, em relação à via 2, para a atuação de mais de duas décadas do *Projeto ALiB* e, em relação à via 3, os trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), centro irradiador da Sociolinguística no Brasil, a partir dos estudos de Julius Anthony Naro e dos pesquisadores do *Programa de estudo sobre o uso da língua (PEUL)*, concebido no final da década 1970 e que se consolidou na década seguinte. Em relação à primeira via, uma das mais tortuosas a ser percorrida, senão a mais, podemos encontrar alguns trabalhos esparsos, a exemplo da citada *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, de Serafim da Silva Neto, em que se apresentam indícios, sistematicamente reu-

nidos, que podem servir como passos iniciais para uma reflexão mais pormenorizada sobre o tema. Ainda nessa direção, destacamos o artigo *De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios*, de Rosa Virgínia de Mattos e Souza (2001), no qual, motivada pela leitura de pesquisadores da história social do Brasil<sup>8</sup>, defende que

[...] de dados organizados pelos que fazem história social – ou numa perspectiva antropológica ou numa perspectiva da chamada *nova história*, que não se reporta apenas aos grandes acontecimentos, mas a evidências de vários aspectos do cotidiano dos diversificados agentes da História –, pode-se [sic.] levantar *indícios* que permitam fundamentar uma aproximação à história social da linguagem (MATTOS E SILVA, 2001, p. 277).

Entre o estudo de Silva Neto ([1950] 1977) e o artigo Mattos e Silva (2001), passou-se meio século, mas ambos acabam por se aproximarem quanto à natureza preponderante das fontes sócio-históricas que foram investigadas, sendo estudos que se fundamentaram nas chamadas fontes secundárias. Esse fato traz à luz, tanto para o passado, quanto para o presente, uma característica que tem marcado os historiadores do PB, qual seja, a da mínima exploração direta de fontes primárias, o que podemos, em parte, explicar pela precária política arquivística do Brasil, que, de modo geral, não promove uma catalogação exaustiva dos acervos documentais disponíveis nos seus arquivos, embora estejamos vendo uma mudança nessa direção nos últimos anos. Além disso, a própria falta de formação e de prática no que se refere ao domínio dos métodos e técnicas da pesquisa histórica coloca-se como um obstáculo a ser transposto pelos historiadores do português brasileiro, já que essa prática não fazia parte dos nossos cursos de Letras até pouco tempo. Podemos pontuar que a mudança começa justamente com uma geração de jovens pesquisadores integrados ao PHPB.

A quarta via proposta por Houais – “a penetração da língua escrita no Brasil” – coloca-nos diante

do paradoxo de que, embora o Brasil seja um país de escolarização e imprensa tardias, tem sido por meio dos espaços institucionais formais, em que a escola, na contemporaneidade, ocupa a posição de agência do letramento por excelência, que se tem pautado a investigação da história da penetração da língua escrita no Brasil, que se inscreve, de forma mais ampla, na história social linguística do Brasil. Quanto à escrita de tal história, não podemos deixar de fazer a distinção entre as mudanças estruturais, globais e profundas captadas na passagem do Brasil da condição de generalizadamente multilíngue à condição de localizadamente multilíngue, no crescimento populacional que se associa à transformação do país da condição de eminentemente rural à condição de eminentemente urbano e, por fim, no crescimento dos índices de escolarização, fazendo o país sair do contexto de não letramento, haja vista, nos inícios do século XIX, contarmos com um índice de 0,5%<sup>9</sup> de letrados, para a condição de país com baixos índices de letramento (LOBO, 2001).

A quarta via proposta pelo filólogo e lexicógrafo Antônio Houaiss acaba por se configurar como o espaço privilegiado de encontro entre historiadores do português brasileiro e historiadores da cultura escrita no Brasil. Enquanto espaço que se deseja interdisciplinar, a sua construção não poderá ser só ou “essencialmente linguística”, contrariamente à perspectiva apresentada por Houaiss ([1985] 1992, p. 138), mas também histórica, antropológica, demográfica, política, sociocultural, pedagógica e assim por diante.

Destacando a importância das quatro vias de Antônio Houaiss e buscando apresentar formas de implementar a proposta do filólogo e lexicógrafo, no texto *Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior*, apresentado como conferência de abertura do *I Seminário para a História do Português Brasileiro*, realizado em 1997, na Universidade de São Paulo (USP), Mattos e Silva (1998) busca refletir sobre a necessidade de se aproximar à história do PB, externando o que considera que sejam alguns caminhos para entrever-se o passado dessa língua e que deverão movimentar-se em direção à recuperação tanto histórico-social, quanto linguística do

Brasil. Para a autora, embora gerais, as questões elaboradas por Antônio Houaiss sugerem alguns caminhos para se enfrentar a questão da história do português brasileiro, tanto em sua história externa, como na história interna, superando orientações precedentes que defenderam teses *indianófilas*, *africanófilas* e *lusitanófilas*, na medida em que se fundam na perspectiva de que, na segunda metade do século XIX, o PB nasce na diversidade (MATTOS E SILVA, 1998).

De posse das sugestões de Antônio Houaiss de como enfrentar a questão histórica do PB e não perdendo de vista que “[...] as histórias que se escrevem são sempre *uma* história, reconstruída e escrita a partir dos condicionamentos teóricos, metodológicos, empíricos e ideológicos de seus autores”, Mattos e Silva (1998, p. 34) propõe então quatro grandes campos de pesquisa que, embora no seu processo de realização possam ser desenvolvidos de forma autônoma, necessariamente se encontram interligados, assim elencados:

[...] *a*, campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; *b*, campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; *c*, campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; *d*, campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro (MATTOS E SILVA, 1998, p. 40).

Para nossa discussão, interessa o campo de pesquisa *a*, na medida em que se funda na história social do Brasil, aproximando aqueles que se ocupam da história social da língua dos chamados historiadores *tout court*, e abarca duas perspectivas de investigação: *a recuperação da articulação entre os fatos de ocupação territorial, as sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e as prevalências e desaparecimento das línguas; e a reconstrução da história da escolarização no Brasil, mais amplamente, a difusão social da escrita*. Além de abrir caminhos para se compreenderem as relações e as tensões entre normas linguísticas socialmente prestigia-



das e normas linguísticas socialmente estigmatizadas, o campo *a* prevê a recuperação de políticas linguísticas havidas ao longo da história do Brasil.

Fazendo um balanço dos caminhos que foram tomados com vistas à definição de um programa de investigação para a história do português brasileiro, temos afirmado que foi no âmbito dessas preocupações que se passou a refletir sobre as “outras línguas” faladas no Brasil, ou as línguas brasileiras. Na verdade, definindo como objetivo a recuperação dos “processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e os negros) dos inícios da colonização” (HOUAISS, [1985] 1992, p. 137), os interesses materializaram-se em três realidades distintas, que podem ser definidas nestes termos: a questão complexa e diversificada do contato com as línguas indígenas, que, embora se constitua um trabalho de grande dimensão, já começa a dispor de uma bibliografia significativa, além da relativa facilidade de delimitação histórica e geográfica, apesar da opacidade das fontes; o contato com as línguas africanas, que se configura como um trabalho de difícil recuperação, dado o processo apresentar-se diluído e entremeado no todo da história social do Brasil; e, por fim, o também diversificado contato com as línguas da imigração, que vieram para o nosso país em momentos e espaços diferenciados, além de características socio-culturais específicas (MATTOS E SILVA, 1998).

A história social dessas línguas, e do seu contato com o português, não exclui a perspectiva descritiva, ou seja, ao lado da sócio-história, também se faz necessária a realização de trabalhos de cunho linguístico, a exemplo de estudos descritivos e de documentação linguística. Por conta disso, diferentemente do que propõe Mattos e Silva (1998), que apresenta um programa de investigação para a história do PB, temos assumido que o campo *a*, visando à *reconstrução de uma história social linguística do Brasil*, abarcaria ainda as diversas questões suscitadas pelos campos *b*, que se inscreve numa reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica, pensada para o PB, mas, para nós, inscrita também na investigação sobre as demais línguas. Além disso, as questões do campo *c* e *d* também estariam inclusas na proposta

de uma história social linguística do Brasil a nosso ver. Sendo assim, o campo *a* configura-se como um macrocampo, na medida em que fazer uma *história social linguística do Brasil* não se restringe a fazer uma história do português no Brasil, tampouco a fazer uma história do português brasileiro, como apontamos no início deste capítulo, além de ser uma das proposições que podemos inferir da leitura da própria obra de Rosa Virgínia Mattos e Silva (LOBO, 2015). Em nossa proposição, uma história social linguística do Brasil envolveria, portanto, a escrita de diversas histórias, assim definidas: a história da língua portuguesa no Brasil, do português brasileiro, das línguas indígenas e das línguas gerais, das línguas dos africanos escravizados e das línguas dos imigrantes europeus e asiáticos, tomando o contato como elemento constitutivo da realidade social e linguística do país.

## HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA: CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL

A emergência de novas formas de fazer História e, conseqüentemente, a renovação da sua escrita, acabaram por redefinir caminhos para novas sínteses historiográficas, caracterizadas pelo abandono, ou, em alguns casos, pela reconfiguração, das histórias nacionais, dos acontecimentos, feitos e heróis, presentes na historiografia tradicional. Essa mudança, que se processou no âmbito do que se denomina de História Cultural, ou, mais especificamente, Nova História Cultural, abriu espaço para uma renovação das correntes da História e dos campos de pesquisa, multiplicando-se as linhas temáticas e objetos, bem como a utilização de uma diversidade de fontes, métodos de análise, modelos teóricos, além dos diálogos com outras ciências, constituindo, assim, como os aspectos que lhe dão maior visibilidade.

Entre as diversas tendências teórico-metodológicas, a História Cultural tem se ocupado com campos temáticos de pesquisa diversos, que agregam trabalhos de investigações sobre cidades, memórias, identidades ou, melhor ainda, representações identitárias, história do livro e da leitura, infância, estudos de gênero, sexua-

lidade, cultura política, entre muitos outros. Nas palavras de Chartier (2002, p. 16), trata-se de uma forma de fazer História que “tem por objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

A importância da escrita, observada, desde as últimas décadas século XX, no incremento significativo de estudos e publicações sobre o passado e o presente da escrita, do livro e da leitura, advém da virada historiográfica promovida no âmbito da História Cultural, que, progressivamente, foi se configurando como um campo de investigação cujos temas, objetivos, métodos e limites acabaram por dar origem a reflexões distintas, como mencionamos. Podemos dizer, então, que a *virada cultural*, mais especificamente a partir dos anos de 1980, abriu caminhos para a definição de novas correntes da História, que se traduziram em campos temáticos de pesquisa, em torno dos quais podem ser agregados trabalhos de investigação de natureza vária. Nesse contexto, assistimos à emergência de um campo de investigação que lança o olhar para as implicações dos contextos e das estruturas sociais em que a produção, a difusão e a recepção dos testemunhos escritos possam adquirir maior visibilidade, ou seja, a história social da cultura escrita (HCE).

Para Castillo Gómez (2003), enquanto uma subespecialidade da História Cultural, a HCE resulta da confluência de duas tradições, assim definidas: a *história social da escrita* (ou a história da alfabetização) e a *história do livro e da leitura*. O uso do termo HCE, segundo o autor, emerge na segunda metade da década de 1990, mas o campo se funda em tradições que reportam às mudanças de perspectivas da década de 1960. Como campo interdisciplinar centrado na interpretação das práticas sociais do ler e escrever, com especial relevância na análise das formas materiais do escrito, seja no que podem indicar em relação aos diferentes graus de competência gráfica dos escreventes, seja como pelo que podem sugerir em relação às formas de sua apropriação (CHARTIER, 2002), a HCE traz à discussão as complexidades que perpassam os conceitos de cultura e, em certa medida, de escrita, que não podem ser ignoradas pelos que se aventuram nesse complexo debate.

O projeto de investigação da HCE indaga, principalmente, sobre as distintas funções e conseqüentes práticas materiais da escrita, sempre em referência às respectivas sociedades históricas e sempre levando em conta que, em cada momento, a sociedade se encontra formada por indivíduos alfabetizados e analfabetos, daí a importância de estudos sobre a difusão social da escrita, como destacam Petrucci (1999), Castillo Gómez (2003), Chartier (2010), entre outros. Pautando-se nos próprios testemunhos escritos, na cotidianidade das suas aplicações, a HCE tem se configurado como um campo de pesquisa que busca respostas a perguntas do tipo: por que razões se fez uso da escrita em cada momento e sociedade? Qual a distribuição das capacidades de escrever e ler? Quais as materialidades dos testemunhos escritos? Quais os distintos lugares, espaços e maneiras nos quais se experimentaram sua recepção e apropriação? (CASTILLO GÓMEZ, 2003). De certa forma, a resposta a essas questões será possível por meio de um exaustivo programa de investigação de caráter interdisciplinar, o que evidencia o lugar da HCE como uma forma de fazer História Cultural.

Pelo exposto, a HCE, em síntese, constitui-se como um campo de investigação que tem como objetivo central interpretar as práticas e representações sociais do escrever e do ler, assim como os discursos produzidos por uma determinada sociedade sobre o que escreve e lê. Transcendendo a concepção de escrita enquanto mero sistema gráfico, tomando-a, portanto, como uma “ótica” a partir da qual as sociedades podem ser conhecidas, a HCE promoveu uma expansão do método paleográfico, tradicionalmente restrito às questões *o que* se escreveu? (“leitura correta”), *quando* se escreveu? (“datação”), *onde* se escreveu? (“localização”) e *como* se escreveu? (“tipos gráficos”), introduzindo no labor da investigação do objeto *escrita* duas novas questões: *quem* escreveu? (“difusão social”) e *por que* escreveu? (“função social”) (PETRUCCI, 2002, p. 7-8). Essas são questões com as quais os pesquisadores do Subprograma *História Social da Cultura Escrita* (HISCULTE), coordenado por Tânia Lobo e que se vincula ao *Programa Para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), buscam lidar na sua prática historiográfica.

Em entrevista recente, o historiador espanhol Antonio Castillo Gómez (205) falou sobre a internacionalização das pesquisas desenvolvidas no âmbito do *Grupo de Investigación Lectura, Escrita e Alfabetización* (LEA), da Universidad de Alcalá de Henares, na Espanha, sob sua coordenação, enfatizando ser a historiografia brasileira uma das mais ativas no campo da história social da cultura escrita. Embora o levantamento das pesquisas realizadas e em andamento permita construir um panorama bastante significativo da amplitude que os estudos da cultura escrita alcançaram no Brasil, o historiador considera que alguns enfrentamentos se fazem necessários, uma vez que,

[...] en buena parte por la propia historia de Brasil y de sus depósitos documentales, la historiografía sobre la cultura escrita brasileña está descompensada hacia las épocas más recientes, sobre todo desde el siglo XVIII hasta hoy; mientras que la época colonial está menos estudiada y constituye un periodo donde queda mucho por investigar. [...] Otro de los aspectos que se puede revisar, tanto en la historiografía brasileña como en otras, concierne a las referencias teóricas y metodológicas de las que se parte. En tanto que la huella de Roger Chartier es indiscutible y ha abierto y está abriendo importantes líneas de investigación, no sucede lo mismo con el paleógrafo italiano Armando Petrucci, cuya obra es prácticamente desconocida en Brasil (CASTILLO GÓMEZ, 2015, p. 238-239)<sup>10</sup>.

Entre os diversos grupos que já despontam com estudos relevantes nesse terreno científico, o autor aponta o trabalho de historiadores de universidades diversas, a exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade de São Paulo (USP), entre outras<sup>11</sup>, que têm focalizado os distintos usos da escrita e suas relações com a oralidade no século XVIII, as investigações em torno do livro e as práticas de leitura no século XVIII e inícios do século

XIX, os vários aspectos relativos ao mundo do livro e da leitura no Brasil contemporâneo, bem como estudos sobre as práticas ordinárias e escolares da cultura escrita do século XIX à atualidade. Somando a essas perspectivas, o autor acrescenta ainda “los estudios sobre los procesos de alfabetismo y la cultura escrita del Centro de Alfabetización, Lectura e Escritura (CEALE) de la Universidad Federal de Minas Gerais o la perspectiva lingüística de Tânia Lobo y su grupo de la Universidad Federal da Bahía” (CASTILLO GÓMEZ, 2015, p. 238)<sup>12</sup>, por meio dos diversos estudos realizados pelos pesquisadores vinculados ao Subprograma HISCULTE.

Em texto programático, Lobo, Oliveira *et alii* (2012) destacam que a criação, em 1997, do PHPB e, sobretudo, a atuação direta dos pesquisadores em duas frentes de pesquisa – um *campo histórico-filológico*, com vistas à constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI, e um *campo de história social linguística*, que objetivava a reconstrução mais ampla da história social linguística do Brasil e, em particular, do português brasileiro – tornou-se evidente a “necessidade de um diálogo entre historiadores das línguas – em particular, historiadores do português brasileiro – e *historiadores da cultura escrita*”, na medida em que “reconstruir a história linguística do Brasil passa, também, por reconstruir a história da penetração da língua escrita no Brasil” (LOBO; OLIVEIRA *et alii*, 2012, p. 3).

Diante disso, apoiando-se na quarta via de investigação – “a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias” –, definida pelo filólogo e lexicógrafo Antônio Houaiss e aqui já apresentada, Lobo, Oliveira *et alii* (2012, p. 6) justificam a criação do Subprograma HISCULTE, destacando ser a referida via “o espaço privilegiado de encontro entre historiadores do português brasileiro e historiadores da cultura escrita no Brasil”, embora considerem que a perspectiva não deva ser “essencialmente linguística”, como abordamos anteriormente.

Considerando essas possíveis perspectivas não essencialmente linguísticas, o HISCULTE se estrutura em campos de pesquisa, que são apresentados pelos autores

de forma individualizada, por conta dos seus objetivos e dos aspectos que os caracterizam em específico, mas interligados, inclusive por conta de certa transversalidade de terminados objetos e temas, a exemplo da nossa investigação, conforme esclareceremos mais adiante. Em linhas gerais, os campos são assim estruturados:

1) *Mensuração de níveis de alfabetismo na história do Brasil*: volta-se para o estudo da difusão social da escrita na sociedade brasileira, desde as suas origens, no século XVI, aos dias atuais.

2) *Leitura e escrita aos olhos da Inquisição*: tem como foco a exploração vertical das fontes inquisitoriais produzidas no mundo colonial ibérico.

3) *Escritas ordinárias e de foro privado na História do Brasil*: objetiva trazer à luz e analisar as práticas de escrita de cartas particulares, diários íntimos, diários parentais, cadernos escolares, cadernos de confidências, livros de razão e uma infinidade de outras fontes.

4) *Prospecção de arquivos e acervos escritos de Irmandades negras, de mestiços e de Terreiros de Candomblé no Brasil*: busca mapear e explorar arquivos e acervos, supostamente raros, que preservem a memória de como índios, africanos, imigrantes e seus respectivos descendentes não só adquiriram o português na oralidade, mas, sobretudo através dessa língua, foram também paulatinamente adentrando um mundo de cultura escrita.

5) *A escrita do nome próprio de pessoa na história do Brasil*: tem como principal propósito analisar as mudanças que afetaram as práticas de escrita dos nomes de índios, africanos e seus respectivos descendentes.

5) *Língua portuguesa, escolarização e suas interfaces*: objetiva analisar o desenvolvimento do processo de escolarização do ensino da língua portuguesa no Brasil colonial e pós-colonial, bem como avaliar os métodos e os instrumentos pedagógicos disponíveis para o período referido em relação ao estudo da língua portuguesa.

7) *Políticas linguísticas e cultura escrita no Brasil*: tem como foco investigar as políticas linguísticas sobre a língua portuguesa no território brasileiro e seu ensino.

8) *História da cultura das línguas clássicas e de outras línguas no Brasil*: volta-se para observar os discursos, as práticas e as representações ligadas à cultura escrita de outras línguas – como, por exemplo, o latim, as línguas indígenas, as línguas africanas e as línguas de imigração – além do português.

9) *Fontes iconográficas e manifestações gráficas híbridas*: tenciona alargar as possibilidades de observação, contemplando-se fontes “menos ortodoxas” – porque não escritas ou não exclusivamente escritas.

No âmbito de uma história social da cultura escrita, campo no qual se inscreve o Subprograma HISCULTE, não reconhecemos apenas a importância de investigar as sociedades inseridas em práticas culturais mediadas pela escrita, mas também consideramos relevante entender as chamadas sociedades ágrafas, com suas formas de organização, práticas culturais marcadas pela oralidade, a exemplo das populações indígenas, que, no percurso histórico de formação da sociedade brasileira, foram “assimiladas”, integradas ao projeto colonizador português, sobretudo por meio da política linguística pombalina de imposição da língua portuguesa, mas não exclusivamente esta. Os efeitos da introdução da escrita em sociedades não letradas têm sido, também, uma das principais questões que norteiam o campo de estudos da história social da cultura escrita de forma geral.

## FINALIZANDO...

O breve percurso que realizamos, partindo de uma história social do português brasileiro para uma história social linguística do Brasil e, por fim, para uma história social da cultura escrita, que se materializa por meio dos campos de investigação do Subprograma HISCULTE, está diretamente relacionado com a nossa tentativa de contribuir para uma escrita *a posteriori* da história dos povos indígenas e sua participação na cultura escrita na Capitania da Bahia setecentista.



Considerando que as sociedades de cultura escrita possuem, no texto escrito, o instrumento para a transmissão de seus conhecimentos e preservação de sua memória, como as sociedades ágrafas lidam com essas questões? E mais, no contexto dos encontros entre culturas, como se dão as relações entre povos de tradição escrita e povos cujas práticas sociais e culturais são mediadas pela oralidade? Em específico, como se deu o processo de encontro assimétrico entre o colonizador português e as populações indígenas na América portuguesa e, conseqüentemente, a penetração destas na cultura escrita? Essas são algumas das questões que fazem parte de nossas inquietações na tentativa de refletir sobre as apropriações da escrita pelos povos indígenas e suas formas de participação no complexo mundo da cultura escrita no América portuguesa, tema de discussões futuras.

## NOTAS

- 1 Nessa projeção, o autor está considerando não apenas as línguas indígenas.
- 2 Para o IBGE, embora ultrapassem as estimativas iniciais feitas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), há uma necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como algumas etnias também se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia. As informações aqui apresentadas podem ser consultadas em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>>. Acesso: em 21 jun. 2017.
- 3 Rodrigues (2013) apresenta as informações sobre as línguas indígenas por meio de quatro tabelas: na primeira, a distribuição se dá por nome da língua e do povo; na segunda, as línguas são distribuídas por famílias linguísticas; na terceira tabela, a apresentação dá-se por tronco linguístico; e na quarta, por número estimado de falantes, em ordem crescente, considerando os dados do Censo 2010. Além disso, nas tabelas, apresentam-se as informações quanto às unidades da federação e as variantes dos nomes das línguas e dos povos.
- 4 A opção que Serafim da Silva Neto faz pela expressão “língua portuguesa no Brasil” e não “língua portuguesa do Brasil” deixa transparecer o seu posicionamento quanto à transplantação da língua portuguesa para nosso país.
- 5 Antes do trabalho de Serafim da Silva Neto, quando a reflexão sobre a língua portuguesa no Brasil, inaugurada no âmbito literário, migra para uma esfera mais propriamente linguística, podemos ainda ver um reflexo do sentimento nacionalista, que marcou o primeiro século de existência do Brasil independente, na chamada *geração dos pioneiros* – João Ribeiro (1860-1943), Sousa da Silveira (1883-1967) e Antenor Nascentes (1886-1972) –, influência que se manifestou nos títulos atribuídos às suas obras, respectivamente, *Língua nacional, A língua nacional e o seu estudo e Idioma nacional* (LOBO, 1994).
- 6 Embora Silva Neto trate a questão de forma preconceituosa ([1950] 1977), não podemos deixar de destacar que essa informação sobre o ideal dos mamelucos e dos mulatos em relação às formas prestigiadas da língua é procedente.
- 7 Evidentemente, não esgotamos aqui a lista de grupos de pesquisa e programas de trabalho coletivo que surgiram como enfrentamento à questão da língua no Brasil. Listamos aqueles que, a nosso ver, tiveram uma atuação bastante visível e reconhecida no âmbito das pesquisas sobre o PB.
- 8 Como uma convite a sua leitura, a autora apresenta uma lista das obras consultadas, que dispomos aqui por ano de publicação: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; REIS, João José Reis; GOMES, Flávio Gomes (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- 9 Embora não informe as fontes nas quais se baseiam suas conclusões, Houaiss ([1985] 1992) afirma que “[...] nos albores do século XIX, afinal de contas, para 3,5-4 milhões de habitantes, não haveria mais de 18-20 mil (0,5%) letrados, que constituíam parte da classe dirigente e dominante, e parte dos “assessores” intelectuais dessa classe – como escritores, agregados, escrivães, escreventes, escriturários, correspondentes, comerciantes e clero. O analfabetismo ainda grassava entre senhores da terra e seus familiares”.
- 10 “[...] em grande parte por causa da história do Brasil e seus depósitos documentais, a historiografia sobre a cultura escrita brasileira está focada em épocas mais recentes, especialmente do século XVIII até o presente; enquanto o período colonial é menos estudado e se constitui como um período em que ainda há muito a ser investigado. [...] Outro aspecto que pode ser revisto, tanto na historiografia brasileira como em outras historiografias, diz respeito às referências teóricas e metodológicas das quais se partem os trabalhos. Enquanto a influência de Roger Chartier é indiscutível e abriu e está abrindo linhas importantes de pesquisa, o mesmo não ocorre com o paleógrafo italiano Armando Petrucci, cujo trabalho é praticamente desconhecido no Brasil” (tradução nossa).
- 11 Embora não tenham sido mencionados por Castillo Gómez (2015), não podemos deixar de destacar ainda os estudos realizados na Universidade de Campinas (UNICAMP), sob coordenação de Márcia Abreu, e na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), coordenados por Luiz Carlos Villalta.
- 12 “os estudos sobre os processos de alfabetização e a cultura escrita do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais ou a perspectiva linguística de Tânia Lobo e seu grupo da Universidade Federal da Bahia” (tradução nossa).

## REFERÊNCIAS

- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. La Historia social de la cultura escrita – Una entrevista con Antonio Castillo Gómez. [Entrevista realizada em 21 de maio, 2015]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 15, p. 229-242, maio/ago. 2015. Entrevistadora: Cristiani Bereta da Silva.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP, n. 5, p. 93-124, jan./jun. 2003.



CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIËS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução Hildegard Feist. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 113-161.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. São Paulo: Difel, 2002.

CUNHA, Celso. Conservação e inovação no português do Brasil. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, n. 5, p. 199-230, 1986.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 218-248.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, [1985] 1992.

LOBO, Tânia. Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, p. 9-16, dez. 1994.

LOBO, Tânia Freire Conceição. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão F.; SOLEDADE, Juliana (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 305-327.

LOBO, Tânia. Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. *Estudos de lingüística galega*, Universidade de Santiago de Compostela, n. 7, p. 69-82, 2015.

LOBO, Tânia Freire Conceição; OLIVEIRA, Klebson *et alii*. *História da Cultura Escrita no Brasil: um programa de investigação*. Salvador: UFBA, 2012. p. 1-21. Disponível em: <www.prohpor.org>. Acesso em: 29 maio 2017.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro: vol. 2, primeiros estudos (tomo II)*. São Paulo: Humanitas-FFLCH/USP; FAPESP, 2001. p. 275-301.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Português brasileiro: raízes e trajetórias. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a. p. 11-28.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b. p. 91-108.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Para a história do português brasileiro: vol. 1, primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas-FFLCH/USP; FAPESP, 1998. p. 21-52.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Prefácio. In: CALVET, Louis Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007. p. 7-10.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas indígenas brasileiras*. Brasília: UnB/Laboratório de Línguas Indígenas-LALI, 2013.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença Edições, [1950] 1977.

## O AUTOR

**Pedro Daniel dos Santos Souza** Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Campus XVIII – Eunápolis. Doutorando em Língua e Cultura e Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de Pesquisa Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) e do Grupo de Pesquisa em Memória, Espaço e Linguagem (GpMEL). E-mail: pdsouza@uneb.br